

# FALÊNCIAS E HIPOTECAS NA CRISE DO COMPLEXO CAFEEIRO DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS – 1920-1940

*Nicélio do Amaral Barros<sup>1</sup>*

**Resumo:** O propósito dessa Comunicação é o de apresentar os resultados parciais da pesquisa de um projeto de doutorado em curso. O tema central está focado na análise dos aspectos econômicos, financeiros e empresariais da Crise de 1929 a partir de um estudo mais aproximado das realidades nacionais e de suas complexidades no âmbito de mercados locais, levando em conta a dinâmica do modelo do desenvolvimento capitalista no Brasil. O recorte espacial analisado é a região de maior dinâmica econômico-empresarial do estado de Minas Gerais, pelo menos até meados do século XX, a Zona da Mata, tendo como lócus seu município polo, Juiz de Fora. Cronologicamente, os resultados apresentados na Comunicação, estão delimitados entre os anos de 1920 e de 1940, período no qual o mercado local citado apresenta seus primeiros sinais de retração e de crise estrutural. A pesquisa busca levantar especificamente os fatores que constitutivos da crise econômico-financeira no mercado de Juiz de Fora, correlacionando seus aspectos endógenos e exógenos. Desse modo, leva-se em conta na abordagem desse objeto de estudo o uso do trinômio economia-política-ideologia como elementos histórico-estruturais desse espaço, onde suas relações orgânicas e sociais comporiam o que podemos chamar estrutura regional. Teoricamente, é privilegiada a abordagem ligada à “teoria do crescimento econômico induzido por produtos básicos” (Watkins: 1977) ou “abordagem dos linkages generalizados ao desenvolvimento” (Hirschman: 1981), chamadas na literatura econômica e de empresas no Brasil de “teoria do produto principal” (Suzigan:1986; Pires:2004) estabelecendo suas correlações com a “crise de tipo misto” (Hobsbawm: 1974; Bouvier: 1988) e com estudos de outros mercados regionais brasileiros para o mesmo período, onde elementos próximos daqueles abordados para Juiz de Fora também estavam colocados. No escopo das fontes primárias pesquisadas, dois acervos documentais se destacam pelas informações neles contidas: os Processos de Falências e de Concordatas de empresas industriais e comerciais sediadas em Juiz de Fora, e os Registros de Hipotecas constantes nestes mesmos Processos. Procura-se abordar, desse modo, as relações entre os acontecimentos posteriores à crise de 1929 e o desenvolvimento dos setores empresariais dessa região, a mais dinâmica economicamente do estado de Minas Gerais no período abordado. Contudo, conforme dito anteriormente, é preciso que, na análise dos efeitos de uma crise econômico-empresarial numa determinada região, situar onde estes se iniciam – qual o setor ou setores, se agrário, comercial, bancário, industrial – e por onde se dá seu desenvolvimento posterior. Tais são as conclusões analisadas neste trabalho.

**Palavras-chave:** Crise de 1929; Economia Regional de Juiz de Fora; Capital Agrário; Falências; Hipotecas.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Econômica (PPGHE-USP). Bolsista GDR/CNPq. Mestre em História Social das Relações Políticas (PPGHIS-UFES). Graduado em História (UFJF).

## 1. Introdução

A pesquisa tem como objetivo principal estudar os efeitos da Crise de 1929 no mercado de Juiz de Fora, Minas Gerais, entre os anos 1920 a 1940. Seu principal aporte teórico encontra-se no estudo sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, buscando o contraponto entre os seus elementos de cunho nacional e a análise de mercados regionais, conforme os trabalhos de Suzigan (2000), Almico (2009) e Pires (2011).

Os resultados parciais da pesquisa apontam até aqui apontam para as diferentes dimensões da Crise de 1929 em diferentes contextos geográficos e econômicos. Fruto da crise estrutural do sistema capitalista, através de sua concorrência interempresarial em busca de mais vendas e de, portanto, mais lucros, baseada na produção contínua de mercadorias, geram os chamados ciclos econômicos caracterizados pelas fases de produção, superaquecimento, crise, depressão e recuperação. Fatores endógenos ao sistema como a crise de numerários e retração de créditos precipitam tais ciclos, que são absorvidos de formas distintas em economias diversas. Portanto, ao contrário das crises nos sistemas econômicos anteriores ao capitalismo, normalmente desencadeadas por fatores como produção exígua de alimentos, guerras contínuas e pandemias, as crises cíclicas do sistema capitalista se impõem, normalmente, por motivos contrários a estes, conforme apontamos acima. Seus efeitos estão intrinsecamente ligados à divisão internacional do trabalho, na qual a maioria dos países está inserida.

Na América Latina, por exemplo, os efeitos econômicos e políticos da Crise de 1929, foram marcados pela centralização do poder político, porém, com resultados econômicos diferentes. Países como o Brasil, México, Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Colômbia, donde já havia se instalado unidades de transformação industrial anterior ao período crítico de 1929, tiveram em doses diferentes, poder de reação a ele. Evidentemente, com suas características próprias e com resultados distintos no decorrer da década de 1930 e seguintes. Países como a Venezuela, Equador, Bolívia, Paraguai, Costa Rica, Guatemala,

Honduras, El Salvador, Panamá, Honduras, República Dominicana, Haiti e Cuba, responderam à Crise de 1929 de forma mais passiva, deixando de praticar políticas econômicas mais agudas contra a depressão econômica. Dessa forma, é possível considerar, que o primeiro grupo de países, ainda que não rompessem com suas características de economias agroexportadoras, iniciaram uma inflexão macroeconômica voltada para uma política macroeconômica de caráter industrializante, baseada na substituição de importações (SI) e na integração de um mercado nacional.

Talvez o Brasil seja o principal exemplo de tais políticas macroeconômicas, sustentando ao longo de seis décadas políticas restritivas à importação de mercadorias, formando uma base industrial, sobretudo no setor siderúrgico, sedimentada nos “grandes projetos industriais”, implantados pelo capital estatal, tendo como coadjuvante o empresariado nacional ligado aos ramos comerciais e aos ramos industriais. A despeito de seu monumental

crescimento econômico a partir da década de 1930 sustentado pelo menos até meados da década de 1970, não foi capaz, entretanto, de produzir uma base tecnológica que pudesse acompanhar o dinamismo das economias ocidentais desenvolvidas. Seu modelo desenvolvimentista tornou-se assim, caracterizado por um crescimento urbano-industrial e por um mercado nacional baseados na concentração de rendas, nas desigualdades regionais, numa intensa migração campo-cidade e na dependência tecnológica de empresas multinacionais. Os impactos desse modelo excludente foram sentidos de formas diferentes nos diversos núcleos econômicos regionais, dependendo de suas características estruturais e também pelas políticas adotadas por cada governo estadual.

## Fontes e Metodologia

Seu principal corpus documental são os Processos de Falência de firmas comerciais e industriais ocorridos no período em análise. Tal fonte se encontra no Fundo Fórum Benjamim Collucci do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (AC-UFJF). Até aqui, dos 154 Processos, 98 foram pesquisados, para até o ano de 1930. A hipótese central da investigação está alicerçada no montante de financiamentos hipotecários presente no conjunto das falências. Pretendemos demonstrar que, para além dos investimentos na cafeicultura, o financiamento por hipotecas foram um importante meio de endividamento em médio prazo para o comércio e indústria locais, pesquisa inédita na literatura sobre a economia local. Infelizmente, 48 desses Processos que estão listados no Acervo do AC-UFJF não foram localizados ou contém apenas algumas Declarações de Créditos, o que não permitiu uma pesquisa devida sobre as falências dessas firmas.

Os registros hipotecários estão anexados aos Processos de Falência e cada um deles foi devidamente confirmado junto ao Fundo de Registros de Hipotecas do acervo da Divisão de Arquivo Histórico da Secretaria de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (DAH-SARH-PJF), totalizando por hora 138 registros. Também no DAH-SARH-PJF, foi pesquisado o Fundo “Registros de abertura de firmas comerciais e industriais no município de Juiz de Fora”, para os casos nos quais o Processo de Falência não forneça o dado.

Ainda no AC-UFJF e no Arquivo Regional de São João del-Rei foram pesquisados Inventários post mortem de comerciantes e industriais falidos e de credores hipotecários que se fizeram necessários para a continuidade das investigações. No primeiro Arquivo foram pesquisados 19 inventários, e no segundo, cinco.

No acervo da Associação Comercial de Juiz de Fora, foram coletadas informações sobre o mercado local no jornal diário “*Gazeta Commercial*”, editado por esta entidade. Foram pesquisadas até aqui 957 edições compreendidas entre os anos de 1920 e 1932, coletando balancetes mensais e balanços anuais de firmas falidas e de firmas credoras constan-

tes dos Processos de Falência, além de artigos, notas e comentários publicados sobre a conjuntura político-econômica local, nacional e mundial.

No Setor de Pesquisas da Biblioteca Municipal Murilo Mendes (BMMM) foram pesquisados dados nos Relatórios da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora de 1933 e 1934, donde constam informações acerca das administrações municipais, como arrecadações de impostos e transferências de propriedades urbanas, a começar pelo ano de 1924. 25 edições do jornal “O Pharol” e 13 edições do jornal “Diário Mercantil” também o foram, a partir de informações contidas nos Processos de Falência.

No Arquivo Histórico e de Imagens da Fundação MAPRO, do Museu Mariano Procópio foi pesquisada a “Coleção Doutor José Procópio Teixeira”, que reúne informações sobre a vida pública política, empresarial e pessoal de um entre os maiores credores hipotecários e por empréstimo em títulos de notas promissórias presente nos Processos de Falência. A “Coleção Doutor José Procópio Teixeira”, Prefeito de Juiz de Fora e incorporador do “Banco de Minas”, descendente de família nobiliárquica do município de São Vicente de Minas, na região Sul de Minas Gerais, reúne uma série de documentos do cafeicultor, empresário, investidor imobiliário, financeiro e acionário local.

A análise se completa até aqui com pesquisas eletrônicas sobre o Recenseamento Geral do Brasil de 1920 no portal eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sobre dados a respeito da economia de Minas Gerais e de Juiz de Fora para os anos compreendidos entre 1920 e 1930, no portal eletrônico da Fundação João Pinheiro (FJP). Entre tais fontes encontram-se os “Diagnósticos sobre Minas Gerais no Recenseamento do Brasil de 1920”, “Minas Gerais segundo os seus Municípios”, “Álbum Corográfico dos Municípios de Minas Gerais” e “Minas Gerais e o Bicentenário do Café no Brasil”.

Além das fontes citadas acima, a pesquisa bibliográfica contempla até o momento, artigos, dissertações, teses, capítulos de livros e obras acerca dos efeitos locais, regionais e mundiais da Crise de 1929 e sobre a historiografia econômica de Juiz de Fora. Tais fontes foram pesquisadas em periódicos científicos através de seus portais eletrônicos e base de dados, bem como em nosso acervo pessoal.

## **Aspectos da economia regional de Juiz de Fora na década de 1920**

O caso de Juiz de Fora nos parece sintomático. Centro dinâmico da economia mineira desde o último quartel do século XIX desenvolveu a partir da economia cafeicultora, setores industriais e comerciais, além de uma estrutura bancário-financeira, que se tornaram líderes da economia estadual até a década de 1930. Porém, suas características infraestruturais como uma estreita ocupação territorial na divisão geográfica mineira (a Zona da Mata detém pouco mais de 5% desse território), a falta de uma estrutura adequada de transportes que interligasse a própria região e o uso intensivo do solo durante pelo menos

nove décadas, levou a economia local à estagnação produtiva de seus cafeeiros. A dependência tecnológica, aduaneira e dos mercados fornecedores de matérias-primas localizados nos grandes centros urbanos nacionais, como as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, sobretudo da primeira, também se colocou como um obstáculo ao seu desenvolvimento mais dinâmico e catalisador da economia estadual no pós-Crise de 1929.

Como o desenvolvimento de seus setores econômicos secundários e terciários – este alicerçado na indústria manufatureira têxtil – estava umbilicalmente ligado ao capital agrário e às decisões políticas dos governos estaduais, a crise da produção cafeeira parece ter sido determinante para a sua estagnação e precipitação das fases de seu ciclo crítico, conforme salientamos no primeiro parágrafo. Sem a realização do último dos fatores: a recuperação. O que pudemos observar até aqui na pesquisa (ano de 1930) foi o aumento das falências, concordatas e liquidações de firmas comerciais e industriais no decorrer da década de 1920, sobretudo a partir de 1925, corroborado por um excesso de mercadorias nos estoques das firmas comerciais e na produção industrial, restrição de numerários e de crédito bancário, originada na depreciação cambial a partir do ano de 1924 e pela diminuição dos investimentos de longo prazo.

A esse respeito, pudemos confirmar o aumento dos empréstimos em dinheiro com garantias hipotecárias e a tomada de empréstimos financeiros por títulos como nota promissória, letra e duplicatas. No tocante às hipotecas (138 registros entre 1922-1930) elas significam um total entre 1922-1930 de 4.405:359\$399, ou seja, 18,52% (15,08% civis e 3,44% bancárias) do montante total nos passivos da massa falida, da ordem de 23.767:816\$169. Ou seja, financiamentos pessoais de baseados no curto prazo e no médio prazo (estes numa média de dois anos, como as hipotecas). Para além desses movimentos de endividamento das firmas, na busca de uma solução econômica rápida – gerada pelo pânico – por parte do pequeno e médio empresariado local, fizeram com que muitas das firmas com alguma solidez de numerário e acesso a crédito levasse à prática de endossos e avais a dívidas de terceiros. Essa prática, ou mania, baseada na “esperança” na melhoria da conjuntura econômica – o que não veio a ocorrer durante o percurso dos anos 1920 – foi determinante para o que chamamos de “Efeito multiplicador falimentar” no mercado local. Em sete anos, de 1924 a 1930, as falências e quebras ampliaram-se sobremaneira. Passaram de 11 entre 1921-1923 para 87 no período posterior. Um golpe duríssimo se estabelece no mercado juizforano e da Zona da Mata, levando em conta a sua importância para região, demonstrada na pesquisa.

Como o endividamento por hipotecas é tratado como crédito privilegiado no rateio da massa falida, a maioria dos credores viu-se numa situação economicamente delicada, com os seus ativos esvaindo-se a cada falência. Os processos fraudulentos nos dão uma mostra do cenário estabelecido no mercado local. Outra consequência importante em relação ao financiamento hipotecário se trata do perfil do investidos. Os maiores credores hipotecários são fazendeiros que atuam também como investidores financeiros, acionários e imobiliários. O que pudemos inferir nos resultados parciais da pesquisa é que há uma

transferência significativa no âmbito do mercado imobiliário urbano, fruto das garantias dadas ao credor no momento do empréstimo e do registro hipotecário cartorial. Observa-se um movimento transferidor da riqueza entre cafeicultores para o setor de bens imóveis urbanos. Uma característica dos movimentos críticos, onde tais bens são vistos como bens seguros tanto para o recebimento da dívida, quanto para investimentos futuros no momento em que a economia possa se recuperar minimamente.

Confirma-se, portanto, até o presente momento da pesquisa, a hipótese da importância dos empréstimos pessoais – em especial os hipotecários civis –, em níveis acima dos créditos bancários locais, pelo menos até 1930. Essa interface metodológica e seus resultados poderão contribuir em trazer à luz na historiografia econômica local e nacional a respeito das formas de endividamento empresarial em mercados locais válidos para os anos entre 1920 e 1940 e apontar novas relações entre os caminhos do capital agrário e o desenvolvimento econômico urbano posterior à crise de 1929 no Brasil. Ou seja, se a cafeicultura de Juiz de Fora experimentou seu momento de estagnação, para onde foi o capital nela investido? Setor bancário-financeiro, como dito até o presente ou ramo imobiliário, como vem apontando a pesquisa ora em andamento? Até aqui, a investigação aponta para o segundo setor. Em outras palavras, é preciso repensar a relação entre cafeicultura e desenvolvimento urbano para o recorte cronológico aqui estudado.

A investigação seguirá – o que o presente trabalho não contempla – na análise do comportamento econômico das firmas comerciais e industriais de Juiz de Fora, compreendido o decênio 1931-1940, através dos Processos de Falência e dos Registros Hipotecários, levando em conta os dados pertinentes à economia local e sua inserção no modelo econômico adotado pelo empresariado e governo de Minas Gerais, fortemente ligados à política do governo federal pós-1930 – no caso mineiro, o fornecimento de matérias-primas para a indústria siderúrgica nacional – e no desenvolvimento industrial de Belo Horizonte.

## **Juiz de Fora, 1921-1930: falências e mercado hipotecário**

Inserimos a análise não necessariamente no que podemos caracterizar como sendo uma terceira vertente entre as abordagens historiográficas que procuraram investigar as relações entre o capital agrário e a dinâmica econômica de Juiz de Fora. No entanto, dois aspectos deste trabalho são efetivamente inéditos na historiografia local. Em primeiro lugar, o recorte cronológico: não há um estudo sequer que abranja o período que englobe o período que vai de 1920 a 1940. A maioria absoluta tem 1930 como limite temporal.

Em segundo lugar, a análise dos registros hipotecários nos processos de falência no mercado juizforano, para o mesmo período. Este segundo aspecto metodológico da investigação traz consigo duas novidades: a) apesar da crise e da perda do posto de cidade economicamente mais desenvolvida de Minas Gerais até 1930 ser, em linhas gerais, um ponto comum na historiografia econômica aqui delineada, os processos de falência no comércio e

na indústria local somente foram estudados de maneira colateral em apenas um estudo, Pires (2004). A pesquisa de Pires concentrou esforços na formação de um sistema financeiro-bancário em Juiz de Fora. Portanto, falências não foram suas fontes principais. E nem poderia ser, devido ao escopo do estudo; b) não havia, até aqui, nenhuma investigação acerca da influência dos financiamentos hipotecários e de sua envergadura nas empresas falidas em Juiz de Fora. Seja para qualquer recorte temporal. A importância das hipotecas para o financiamento da cafeicultura até o ano de 1870 foi abordada por Oliveira (2005) e até para o ano de 1929 por Pires (1993). Novamente em Pires (2004), os registros hipotecários foram pesquisados como fator de investimento do capital agrário nas atividades econômicas urbanas de Juiz de Fora, sobretudo no banco Credireal e em algumas empresas de Sociedades Anônimas.

Feitos tais registros, podemos nos deter sobre a dinâmica da economia local entre 1920 e 1930, à luz das formas de financiamento para a cafeicultura e formação do capital agrário, primordial para a formação do tecido econômico urbano.

Em exaustivo estudo sobre as formas de financiamento para a cafeicultura em Juiz de Fora até o ano de 1870, Mônica Ribeiro de Oliveira aponta que, para além de capitais oriundos entre familiares e entre as casas comissárias sediadas na Praça do Rio de Janeiro, o endividamento via hipotecas foi de caráter fundamental e estrutural. Segundo Ribeiro de Oliveira,

O segundo fluxo de crédito seria o mercantil, realizado por instituições bancárias, ou por capitalistas propriamente ditos, intermediado por hipotecas formalmente legalizadas, com prazos, juros e cauções. Por meio de um breve levantamento das escrituras de hipotecas de meados do século XIX, pudemos perceber a presença de escrituras que demonstravam a existência de um sistema de crédito formalizado em uma vasta cadeia de credores e devedores. A tendência desta prática era tornar-se mais marcante no último quartel do século XIX, com a proximidade da transição ao capitalismo e à intervenção direta das relações de mercado. Mas as nossas investigações, sustentadas por outros trabalhos sobre o comportamento e natureza do crédito nas sociedades europeias dos séculos XVI ao XVIII, sugeriram que estas práticas também não estavam imunes à interferência de fatores vinculados ao prestígio, às relações parentais e à importação dos fatores de ordem socioculturais característicos de sociedades pré-capitalistas.<sup>2</sup>

2 OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, (2005), p. 247. Acerca das citadas sociedades europeias, Ribeiro cita: FONTAINE, Laurence. “Espaces, usagés et dynamiques de la dette dans les hautes vallées dauphinoises (XVII-XVIII siècles)”, *Annales HSS*, n. 6, p. 1.379, nov/dez. 1994. Segundo Ribeiro, “Fontaine considera a transformação de uma dívida material em uma dívida moral entre o devedor e o credor”. Ver as Notas 54 e 55 de Ribeiro, op. cit., p. 247. O crédito oriundo por meios parentais em Juiz de Fora e Barbacena (principais núcleos agrários da Zona da Mata mineira durante o século XIX), também foi estudado por: LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: família, poder e redes de sociabilidades – os Ferreira Armonde (1751-1850)*. São Paulo: Intermeios; Juiz de Fora: FUNALFA, 2103, p. 241-316.

Aqui, devemos nos deter mais profundamente sobre o financiamento hipotecário e suas relações diretas com a cafeicultura e com a industrialização em Juiz de Fora, seja para o período dos cinquenta anos anteriores a 1920, seja para o limite do recorte cronológico deste trabalho, o ano de 1940.

Em um trabalho de referência sobre as relações café-indústria em Juiz de Fora, para o período compreendido entre 1870 e 1930, Anderson Pires aponta na parte de seu texto denominada “Algumas Observações Sobre as Fontes” que,

Outra documentação de importância crucial, principalmente para um trabalho que tem nas relações de financiamento da economia um de seus pontos de referência mais importantes, diz respeito aos **registros hipotecários** (grifos no original). (...). Como devidamente analisado no corpo do trabalho, é digno de nota que este se constituiu em dos principais espaços de negociação financeira no sistema, atingindo uma complexidade social e econômica que revela muito das respectivas relações de endividamento. De acordo com esta fonte poderemos perceber as principais origens (sociais e outras) dos mais importantes provedores de recursos para empréstimos (incluindo bancos), os setores sociais que mais os vinham demandando, o volume de recursos mobilizados neste ou naquele período de tempo, as variações das taxas de juros cobradas, entre outras.<sup>3</sup>

Temos plena concordância com Pires no que se refere à importância dos registros hipotecários no processo de crédito, investimento e endividamento do núcleo agroexportador de Juiz de Fora, como bem demonstram os Quadros 1 e 2. Porém, a importância das hipotecas no financiamento das demais atividades agropecuárias voltadas para o mercado local e para o regional – assim como em todos os níveis do comércio e da indústria conforme demonstramos no decorrer deste trabalho – também foram de grande importância econômica e social, devidamente delineados por Destro e por Souza.<sup>4</sup> Bem demonstrou o estudo de Sonia Souza que a cafeicultura em Juiz de Fora deve ser compreendida no contexto de um mercado de terras, relações camponesas e de produção diversificada. As conclusões de Souza apontam que:

(...) em nenhum momento questionamos a importância que a produção cafeeira representou para a região. Muito pelo contrário, foi por acreditarmos em seu potencial que resolvemos investigar o comportamento da produção para o mercado interno. Pretendíamos verificar se a produção agroexportadora existente na região realmente gerara “efeitos multiplicadores” sobre os demais setores, e de certa forma comprova-

3 PIRES, A. (2004), p. vi-vii.

4 DESTRO, J. A. (2006); SOUZA, S. *Terra, família, solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Bauru: Edusc, 2007. Ver o Capítulo 5: “Parentesco, solidariedade e reciprocidade: as estratégias de sobrevivência camponesa”, p. 255-320.



mos isso, ao demonstrarmos a existência de uma produção de alimentos e pecuária bastante dinâmica. Através dos documentos pesquisados foi possível perceber que a população rural do município não estava totalmente envolvida com o café. Nem poderia estar, pois além do fato de que nem todas as áreas eram aptas ao cultivo deste produto, a produção cafeeira era um empreendimento que demandava muitos recursos, como muita terra e mão-de-obra, por exemplo, que não eram acessíveis a todos. Sendo assim, pudemos vislumbrar aqueles que voltaram-se para outras atividades como a produção de alimentos, de açúcar, aguardente e pecuária.<sup>5</sup>

Abaixo, analisaremos no âmbito dos Processos de Falência ocorridos no mercado juizforano entre os anos de 1920 a 1930, o grau de envergadura dos créditos hipotecários especificamente no momento de crise da economia juizforana. Não somente as hipotecas registradas no segmento bancário, mas no seu quilate civil, ou seja, no montante do endividamento por hipotecas através dos empréstimos pessoais legalmente formalizados.

**Quadro 1** – Hipotecas em Juiz de Fora – valor total agregado por décadas 1853-1939

Decênio	Valor Total	Número de Contratos	Valor Médio	Media das Taxas de Juros - Mês	Media das Taxas de Juros – Ano
1853-1859	1.203:730\$	129	11:666\$	1,17	14,04
1860-1869	4.469:447\$	356	12:153\$	1,09	13,08
1870-1879	3.257:350\$	200	13:967\$	0,95	11,40
1880-1889	5.283:170\$	340	16:229\$	0,89	10,68
1890-1899	10.583:499\$	660	14:826\$	0,89	10,68
1900-1909	9.357:173\$	537	15:872\$	0,92	11,04
1910-1919	15.201:492\$	791	18:985\$	0,89	10,68
1920-1929	17.107:048	420	40:360\$	0,94	11,28
1930-1939	9.822:499\$	229	38:286\$	0,86	10,32

**Fontes:** Registro de Hipotecas – 1853-1920 – Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (AH-PJF). Apud PIRES (2004), p. 226. Fundo Registro de Hipotecas – 1920-1939. Divisão de Arquivo Histórico da Secretaria de Administração e recursos Humanos da Prefeitura de Juiz de Fora (DAH-SARH-PJF).

5 SOUZA, S. *Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Dissertação. Niterói: UFF, 1998, p. 189-90.

**Quadro 2** – Hipotecas em Juiz de Fora – médias quinquenais – 1853/1939

Quinquênio	Valor Total	Número de Contratos	Valor Médio	Média das taxas de juros - Mês	Média das taxas de juros - Ano
1855-1859	445:997\$	91	6:524\$	1,15	13,80
1860-1864	2.977:791\$	258	11:667\$	1,15	13,80
1865-1869	1.491:656\$	98	12:639\$	1,03	12,36
1870-1874	609:347\$	65	9:348\$	0,96	11,52
1875-1879	2.648:003\$	135	18:587\$	0,93	11,16
1880-1884	3.184:397\$	182	18:541\$	0,88	10,56
1885-1889	2.098:773	158	13:916\$	0,89	10,68
1890-1894	4.953:126	285	14:583\$	0,82	9,84
1895-1899	5.630:373	375	15:070\$	0,97	11,64
1900-1904	4.622:806	266	17:487\$	0,94	11,28
1905-1909	4.734:367	271	14:526\$	0,89	10,68
1910-1914	6.509:656	359	18:156\$	0,87	10,44
1915-1919	8.691:836	432	19:775\$	0,91	10,92
1920-1924	1.668:216	36	42:797\$	0,85	10,20
1925-1929	15.438:832	384	37:923\$	1,03	12,36
1930-1934	8.841:814	194	46:186\$	0,99	11,88
1935-1939	980:685	35	30:387\$	0,73	8,76

**Fontes:** Registro de Hipotecas – 1853-1920 – Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (AH-PJF). Apud PIRES (2004), p. 226. Fundo Registro de Hipotecas – 1920-1939. Divisão de Arquivo Histórico da Secretaria de Administração e recursos Humanos da Prefeitura de Juiz de Fora (DAH-SARH-PJF).

Os processos de falências de empresas fabris, bancárias e comerciais, no entanto, formam um corpus documental de importância singular para nossas investigações. Também importam em um grupo de fontes primárias ainda não pesquisadas com o devido critério histórico-metodológico da história econômica para o período 1920-1940, perpassando a Crise de 1929 e a primeira década da revolução de 1930. Ao apontar a importância das informações contidas nos processos de falência, Pires afirma em “Algumas Observações Sobre as Fontes” que:

Lamentavelmente o número de processos é relativamente pequeno, o que inviabilizou qualquer análise serial mais reveladora, incluindo aí vários processos de comerciantes. Para o conjunto do período que temos delimitado [1870-1930], dispomos de 50 processos, a maior parte concentrada na década de 1920, sendo apenas algo em torno de 20 empresas especificamente industriais.<sup>6</sup>

Em relação a isso, é preciso destacar alguns aspectos referentes à falência, que se mantêm, em características gerais, parecidos desde a promulgação da chamada “Lei de Fallencias” de 1908,<sup>7</sup> marco legal para o período investigado (Anexo 1). Segundo Istvan Kasznar:

A falência não é apenas uma exclusividade das pequenas e médias empresas subcapitalizadas, ou afetadas por fatores estruturais e conjunturais. Atinge cada vez mais as grandes empresas. (...). A palavra falência provém do latim "fallentia" e significa o ato ou efeito de falir, o que se caracteriza pela suspensão de pagamentos, por não se ter com que pagar os credores. A falência representa um malogro ou uma sucessão de malogros, acarretando o fracasso. Em termos genéricos, quando um negócio revêlou-se mal sucedido e um conjunto de problemas forçam a extinção da vida da empresa, três palavras são usadas corriqueiramente na literatura para descrever o evento: falência, insolvência e bancarrota. A falência e o ato ou efeito de falir, quebrar. Juridicamente, é a execução coletiva do devedor comerciante, à qual concorrem todos os credores, e que tem por fim arrecadar o patrimônio disponível, verificar os créditos, solver o passivo e liquidar o ativo, mediante rateio, observadas as preferências legais. Ao falir, o devedor suspende pagamentos, pois não tem com o que pagar os bens e serviços comprados de seus fornecedores. Sob o aspecto legal, falir é o comerciante deixar sem relevante razão de direito, de pagar na data do vencimento obrigação líquida, constante de título que legitime a ação executiva, ou realizar qualquer dos atos que a lei considera típicos do estado de falência.<sup>8</sup>

De efeitos eminentemente nocivos sob os aspectos econômicos, seja qual o porte da empresa falida, pode também ser consequência de uma conjuntura crítica, seja mundial, regional ou local. Por isso mesmo, envolve um arcabouço jurídico complexo, uma vez que

6 PIRES, A. (2004). Op. cit, p. ix.

7 BRASIL. *Lei Nº 2.024, de 17 de Dezembro de 1908 – reforma a lei sobre fallencias*. Texto disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-2024-17-dezembro-1908-582169-publicacaooriginal-104926-pl.html>> Acesso em 21 nov. 2019.

8 KASZNAR, Istvan K. *Falências e concordatas de empresas: modelos teóricos e estudos empíricos – 1978-1982*. Dissertação de Mestrado em Economia, Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE-FGV), Rio de Janeiro, 1986, p. 2-6.

raros são os processos falimentares que desconhecem embargos, agravos e outras disposições previstas (ou nem sempre) em lei. Assim:

O tribunal competente para pronunciar a falência ou a liquidação judicial é o tribunal de comércio onde o devedor está domiciliado. O tribunal pode anunciar a falência de fato, quando o interesse público assim o exigir. O julgamento que declara a falência é normalmente submetido a alguma publicidade: jornais oficiais, jornais comerciais e jornais de grande circulação concedem espaços variados de suas páginas ao evento, dependendo da importância, causa e efeitos do mesmo na comunidade. Nesse julgamento, a falência é suscetível de oposição e apelo. É preciso provar que a firma tem condições de pagar suas dívidas, ou já pagou. No tribunal, designa-se um síndico de falência provisório e um juiz-comissário encarregado de acompanhar e acelerar as operações da falência. Ele fixa também a data em que os pagamentos cessaram, que marca o ponto de partida de um período designado "período suspeito".<sup>9</sup>

Seus efeitos são, portanto, econômicos, sociais e jurídicos. Podem influenciar desde um conjunto de pessoas envolvidas na falência de uma só empresa, até toda uma região ou país. Ainda que tenha grande importância, sobretudo em economias periféricas, como as latino-americanas, ainda se trata de uma fonte pouco estudada na historiografia econômica brasileira. Quase sempre, seus índices estão inseridos em pesquisas de escopo e de corpus documental mais amplo. No entanto, certamente é uma singular fonte primária, que para além de apontar índices estatísticos, pode revelar aspectos sociais, culturais e econômicos de grande valor histórico. Para Kasznar:

Os efeitos da falência são variados. Em primeiro lugar, atinge o falido em sua honrabilidade, causando-lhe dificuldades na realização de novos negócios dentro da lei. Especificamente, fornecedores, bancos, associações de poupança e empréstimo, e o fisco, passam a tratar mais rigorosamente qualquer demanda ou proposta de negócios proveniente do falido. Segundo, os bens da pessoa falida podem ser confiscados, impedindo sua disponibilidade, e sua administração é confiada a um síndico. Terceiro, a falência suspende o direito de negociação individual dos credores. Se estes negociavam anteriormente tête-à-tête, com o devedor inadimplente, agora estão agrupados numa massa. O síndico tem como missão salvaguardar o que sobra de ativos, para distribuí-los equitativamente a quem de direito. É concedida uma prioridade no pagamento das dívidas do falido aos seus credores, assim, em primeiro lugar cabe a preferência dos créditos aos empregados, referentes a salários e indenizações trabalhistas justamente devidas (...). Seguem-se os credores por encargos ou dívidas da massa. Em termos econômicos, a falência ocorre com aqueles empreendimentos cujo fluxo real de retornos é inferior ao fluxo real de dispêndios, num mesmo período de tempo. Isto é, se o valor atual líquido de um investimento for negativo, o mes-

9 KASZNAR, 1986, op. cit., p. 6-7.

mo não se sustenta através de capitais gerados no próprio negócio. Como consequência, não se justifica sua manutenção, e o processo para aí. Assim, as decisões normativas para que se continue mantendo um negócio, são baseadas nos retornos esperados dos investimentos, e na capacidade da empresa em cobrir seus custos.<sup>10</sup>

Em nossa pesquisa identificamos somente para o período compreendido entre os anos de 1921 a 1930, junto ao acervo do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (AC-UFJF), através do Fundo “Fórum Benjamim Collucci”, 98 processos de falências. Ademais, quando tratamos do estudo de crises financeiras é preciso ter em mente, conforme apontamos na “Introdução” deste trabalho, suas condicionantes históricas. Em nossa dissertação procuramos delimitar um panorama histórico-cronológico da crise do segmento agroexportador de Juiz de Fora e de suas imbricações sobre o setor urbano-industrial da cidade. A nosso juízo, a crise é estrutural,

(...) segundo a qual as razões do limitado desenvolvimento do processo industrial do complexo cafeeiro de Juiz de Fora até a crise de 1929 devem ser buscadas, preferencialmente, não em características psicossociais dos empresários ou no predomínio das empresas familiares, mas em fatores de ordem estruturais endógenos e exógenos. Primeiro, a estrutura comercial de exportação de café e de importação, apesar da formação de um sistema financeiro regional. Segundo, o reordenamento e rearticulação da economia a nível nacional, com o deslocamento da lavoura cafeeira para São Paulo e as mudanças dela decorrentes que o transformaram no maior centro econômico industrial, financeiro e comercial do país, e as consequências desta hegemonia, em termos de dominação econômica sobre as demais unidades da federação. Terceiro, uma rearticulação interna da economia mineira, com o fim das “matas virgens” na região de Juiz de Fora, quer em virtude do deslocamento da produção de café para o norte e nordeste da zona da Mata e das alterações em termos de transporte ferroviário e rodoviário quer em termos de insuficiência de energia ou dos altos preços das tarifas de transporte, quer devido às consequências econômicas e políticas da construção da Capital em Belo Horizonte. Em quarto lugar, o problema da dependência externa. Todos estes fatores, ao final da década de 1920, atuavam no sentido de esvaziar a região, afetando, conseqüentemente, o desenvolvimento do setor industrial do complexo cafeeiro aqui analisado.<sup>11</sup>

Para além das características citadas acima, que vieram à tona desde o último quarto do século XIX, a década de 1920 atua como um amálgama crítico. E de uma crise que podemos detectar na literatura sobre o tema persistente até os anos 1950. Juiz de Fora somente irá se “reinventar” como uma cidade basicamente prestadora de serviços urbanos no decorrer da década de 1960. A nosso juízo, é necessário que futuramente uma análise serial

<sup>10</sup> KASZNAR, 1986, op. cit., p. 7-8.

<sup>11</sup> BARROS, N. A. (2007), p.106-7.

e quantitativa da dinâmica econômica de Juiz de Fora enfoque um recorte temporal entre 1870 e 1970, a fim de revelar o “longo tempo” de seu processo crítico.<sup>12</sup>

No entanto, a esse respeito, é possível salientar que os processos de falência ocorridos durante os anos de 1920 estão a demonstrar que firmas industriais, bancárias e comerciais de expressão significativa para o contexto econômico da cidade vieram a decretar falência, causadas pelo cenário econômico do momento e levando a consequências importantes para o período pós-1929 e década de 1930, sobre a economia local, direta e indiretamente. Sobre isso, segundo as fontes pesquisadas é possível dizer que o quantum do passivo declarado e aceito oficialmente nos processos de falências durante o decênio 1921-1930 alcançou o montante de **23.767:816\$169** apontado no Quadro 3.

O Quadro 4 demonstra que as hipotecas pessoais estão presentes em 69,38 % (68 processos) das falências durante a década de 1920, enquanto as hipotecas bancárias representam 12,24% (12 processos) do coeficiente. Em 7,14% (7 processos) das falências, temos a ocorrência de registros hipotecários tanto pessoais quanto bancários. Enquanto as casas bancárias pediam a decretação da falência de forma mais ágil, no rigor da lei, vencidos os prazos estabelecidos, os investidores hipotecários, também chamados de “capitalistas” ou de “financistas”, nem sempre eram aqueles que pediam na Justiça a decretação da falência.

**Quadro 3** – Montante do Passivo nos Processos de Falências de firmas comerciais e industriais em Juiz de Fora – 1921-1930

Ano	Número de Falências	Passivo
1921	1	40:515\$340
1922	5	1.057:648\$780
1923	5	1.017:733\$964
1924	5	1.129:572\$401
1925	18	2.102:472\$080
1926	17	9.260:573\$454
1927	7	1.116:154\$067

<sup>12</sup> Um estudo que *a priori* possa partir, dependendo de seus pressupostos teórico-metodológicos de uma literatura baseada em trabalhos como os de: BRAUDEL, F. *La dinamica del capitalismo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1987; BARBOSA, W. N. “Uma teoria marxista dos ciclos econômicos”, in COGGIOLA, O. (org.). *Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Xamã, 1994; KALECKI, M. *Crescimento e ciclos nas economias capitalistas*. Campinas: Hucitec, 1997; KONDRATIEFF, N. *As ondas longas na vida econômica*. São Paulo: NEACCP, 2018 (1921); MANDEL, E. *Long waves of capitalism development: a Marxist interpretation*. London: Verso, 1995; SOUZA, L. E. S. de. *Notas comparativas sobre as ondas longas em Kondratiev, Braudel e Arrighi*. São Paulo: GEEPHE, 2012; KATZ, C. “O debate sobre as ondas longas”, in: KATZ, C., COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996; REINHART, Carmen M, ROGOFF, Kenneth S, (2014).

1928	12	2.027:579\$119
1929	21	3.848:445\$553
1930	7	2.167:121\$411
<b>Decênio – Total</b>	<b>98</b>	<b>23.767:816\$169</b>

*Fonte: Processos de Falência – 1921-1930. Fundo Fórum Benjamim Collucci. Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (AC-UFJF).*

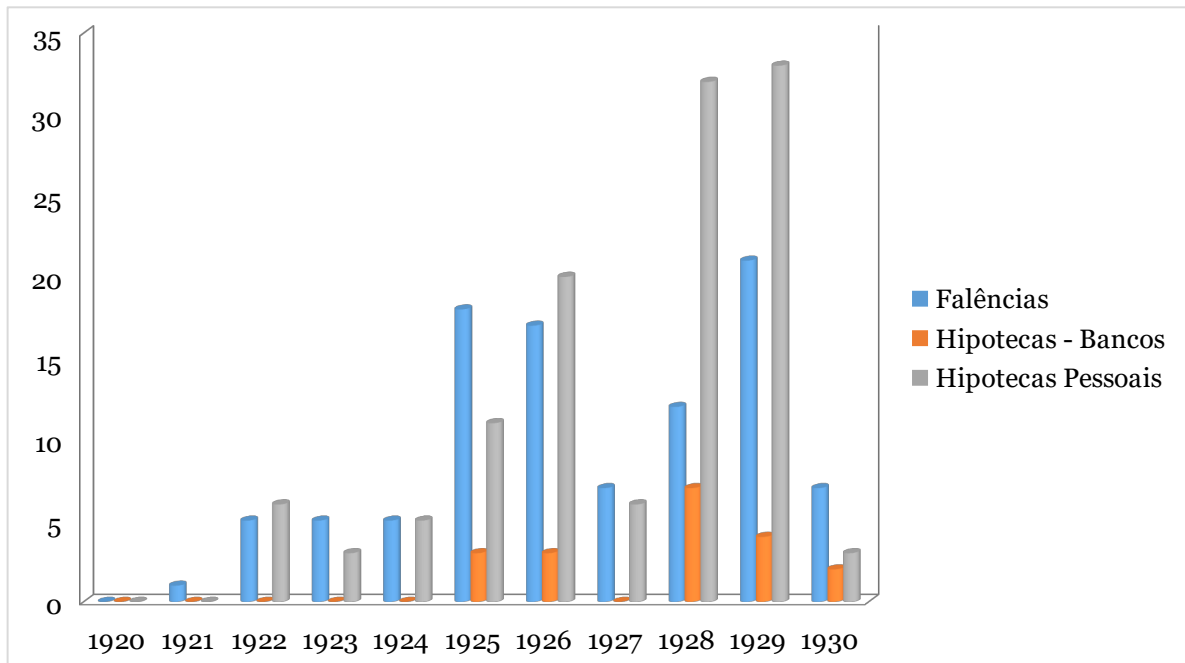
**Quadro 4** – Número de Hipotecas presentes nos Processos de Falências de firmas comerciais e industriais em Juiz de Fora – 1920-1930

Ano	N. de falências	Hipotecas – Bancos	Hipotecas – Pessoais
1920	0	-	-
1921	1	-	-
1922	5	-	6
1923	5	-	3
1924	5	-	5
1925	18	3	11
1926	17	3	20
1927	7	-	6
1928	12	7	32
1929	21	4	33
1930	7	2	3
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>19</b>	<b>119</b>

*Fonte: Processos de Falência – 1921-1930. Fundo Fórum Benjamim Collucci. Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (AC-UFJF).*

No que se refere a isso, é possível inferir que nas relações que envolviam os empréstimos por hipotecas pessoais, também estavam envolvidas relações familiares, de amizade, de compadrio e de sociedades em outros empreendimentos.

**Gráfico 1** – Evolução dos números de Falências, de Hipotecas bancárias e de Hipotecas pessoais em firmas comerciais e industriais de Juiz de Fora – 1920-1930



**Fontes:** *Processos de Falência – 1921-1930. Fundo Fórum Benjamim Collucci. Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (AC-UFJF). Fundo Registro de Hipotecas – 1920-1939. Divisão de Arquivo Histórico da Secretaria de Administração e recursos Humanos da Prefeitura de Juiz de Fora (DAH-SARH-PJF).*

Tendo em vista essa perspectiva, o Gráfico 1 e o Quadro 4 nos dão um panorama dos investimentos hipotecários durante a década 1921-1930. Tendo em vista esse panorama é possível afirmar que o papel econômico cumprido pelas hipotecas nos processos de falências de firmas comerciais e industriais de Juiz de Fora para o período foi o de tentar amenizar a crise de numerário no mercado local. A escassez de crédito institucional – via Bancos –, a dificuldade em receber dos devedores em conta corrente, além das dívidas geradas por mercadorias em estoque – conforme veremos adiante – geraram uma corrida às hipotecas pessoais ao longo da década de 1920. Assim como à tomada de empréstimos de dinheiro através de títulos como duplicatas, promissórias e letras, como também demonstradas abaixo.

O objetivo de nosso estudo é o de analisar o momento crítico do mercado local. Em nossa dissertação procuramos focar o amálgama entre crise econômica, instituições empresariais e o campo da política.<sup>13</sup> Considerando esse cenário, torna-se claro a necessidade de que futuras investigações especificamente no campo da história de empresas possam delinear o papel dos financiamentos por hipotecas no comércio e na indústria de Juiz de

13 BARROS, 2007, op. cit, caps. 2 e 3.



Fora. O trabalho de Pires<sup>14</sup>, no qual o autor procura estabelecer a emergência de um sistema financeiro endógeno é baseado, sobretudo nos investimentos realizados no ramo financeiro-bancário e na formação de empresas de capital acionário. O fez brilhantemente. Sua análise é alicerçada em uma ampla gama de fontes primárias e evidencia a formação de uma importante rede de financiamentos de curto e de longo prazo. No entanto, a historiografia econômica e financeira local ainda carece de uma pesquisa donde o lócus privilegiado seja a história comercial e industrial e suas fontes de financiamento hipotecário, o que já foi feito para o ramo agropecuário.<sup>15</sup>

A pesquisa aponta até o presente momento um cenário de crise estrutural que envolveu as falências de firmas comerciais e indústrias de pequeno, médio e de grande porte para a estrutura econômica local. A relação entre credores e devedores é simbiótica e expressiva. Dos 98 Processos de Falências investigados até aqui, há uma interação significativa entre os agentes econômicos neles envolvidos. Ora credor, ora devedor. Ora suplicante da falência, ora suplicado. Em 85 dos processos, ou seja, 86,7% aparecem os nomes dos mesmos empresários nas situações descritas acima.

A maioria das firmas também atuava em mais de um ramo e de um segmento, o que é demonstrado pelo Quadro 5. Tendo em vista essa característica, é possível atestar que as falências tiveram um quilate dilatado sobre a economia local. Quase uma regra, não falia somente uma empresa, mas várias “dentro” dela. O impacto, conseqüentemente, era de conseqüências múltiplas para o mercado interno, seja em termos de abastecimento local, seja para o setor de vendas para o mercado externo a ele. Daí a massa expressiva dos passivos nos Processos de Falências. Da mesma forma que a importação de mercadorias era significativa, a dependência da economia juizforana com relação a outros estados e cidades revela um dado crucial em sua dinâmica, o que pode ser verificado no Quadro 6.

Ainda que as hipotecas apontem para um endividamento advindo do capital interno, o mesmo se deu com recursos oriundos em sua maioria da cafeicultura local. Os quatro maiores credores hipotecários dentre os 72 apontados pela pesquisa – o “Coronel” ou “Doutor” Francisco Azarias Villela, o “Major” Luiz Francisco de Barros, o “Coronel” ou “Doutor” José Procópio Teixeira e o “Coronel” Cristovam de Andrade – foram responsáveis por um investimento, somente em hipotecas, da quantia de 1.913:054\$960. Ou seja, por 53,36\$ do financiamento hipotecário.

14 PIRES, 2004, op. cit, p. 182-253.

15 OLIVEIRA, 2005, op. cit; LACERDA, 2013, op. cit; PIRES, 1993, op. cit; SOUZA, 2007, op. cit; SOUZA, 1998, op. cit; DESTRO, 2006, op. cit; PIRES, ALMICO, 2008, op. cit.

**Quadro 5** – Número de falências no mercado de Juiz de Fora por ramos e segmentos econômicos (unidades) – 1921-1930 (\*)

Comércio	un.	%	Indústria	un.	%	Bancos	un.	%
Roupas, tecidos, fazendas e armarinhos	24	20,87	Têxteis, fiação e tecelagem	27	50,00	Casa bancária, descontos, redescontos e warrantagem	1	100,00
Alimentos, secos e molhados	18	15,65	Metalurgia, máquinas para indústrias diversas, funilaria e fundições	6	11,12	-	-	-
Calçados, curtume, couros, arreios, tapetes e chapéus	11	9,56	Curtume e couro	5	9,28	-	-	-
Farmácias, drogarias e perfumarias	8	6,96	Construção civil	2	3,70	-	-	-
Livraria, papelaria, jornais e revistas	7	6,09	Papéis, papelões e caixas de papel	2	3,70	-	-	-
Comissões, consignações e representações de café, açúcar e outros gêneros	7	6,09	Alimentos	2	3,70	-	-	-
Jóias, bijuterias, esquadrias e esquadrias	6	5,21	Calçados	2	3,70	-	-	-
Ferragens, ferraduras e implementos rurais	4	3,48	Juta	1	1,85	-	-	-
Tipografia e impressão	4	3,48	Querosene	1	1,85	-	-	-
Transportes, depósito, despachos e redespachos	3	2,60	Extração de minérios	1	1,85	-	-	-

# XI Congresso de História Econômica:

Economia de guerra: geopolítica em tempos de pandemia e crise sistêmica. – 23 a 27/11/2020 – São Paulo/SP

PPG  
HE

fflch

USP

Materiais para construção	3	2,60	Torrefação e moagem de café	1	1,85	-	-	-
Mecânica e oficina	3	2,60	Ferraduras e arreios	1	1,85	-	-	-
Restaurante, café e tabacaria	2	1,74	Móveis	1	1,85	-	-	-
Maquinarias e assistência técnica para indústria, funilaria, comércio e lavoura	2	1,74	Produtos farmacêuticos	1	1,85	-	-	-
Tintas, cal, gesso, calcário, amianto e outros minerais	2	1,74	Bijuterias	1	1,85	-	-	-
Alfaiataria	2	1,74						
Padaria	2	1,74						
Açúcar	1	0,86						
Móveis	1	0,86						
Fotografia	1	0,86						
Imobiliária	1	0,86						
Açougue	1	0,86						
Instrumentos musicais e discos	1	0,86						
Tinturaria	1	0,86						
<b>Totais: comércio</b>			<b>Totais: indústria</b>			<b>Totais: bancos</b>		
<b>Segmentos:</b> <b>24</b>	<b>un.:</b> <b>115</b>	<b>%</b> <b>67,65</b>	<b>Segmentos</b> <b>15</b>	<b>un.:</b> <b>54</b>	<b>%</b> <b>31,76</b>	<b>Segmentos</b> <b>1</b>	<b>un.:</b> <b>1</b>	<b>%</b> <b>0,59</b>

Fonte: Processos de Falência – 1921-1930. Fundo Fórum Benjamim Collucci. Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (AC-UFJF).

(\*) O número de unidades e seus respectivos percentuais dizem respeito aos segmentos correspondentes.+

**Quadro 6** – Distribuição do Passivo das firmas comerciais e industriais nos Processos de Falências em Juiz de Fora – 1921-1930.

MONTANTE TOTAL DO PASSIVO															
HIPOTECAS (1)				EMPRÉSTIMOS EM DINHEIRO CAUCIONADOS POR TÍTULOS (2)								MERCADORIAS (TÍT. EM C/C) – (3)			
Pessoais	%	Bancárias	%	Juiz de Fora				Outras praças				Juiz de Fora		Outras praças	
				Pessoais	%	Bancários	%	Pessoais	%	Bancários	%	Quantum	%	Quantum	%
3.584:842 \$059	81,37	820:517 \$340	18,63	1.266:228 \$616	41,66	1.773:206 \$371	58,34	171:770 \$958	32,38	358:720 \$044	67,6 2	7.472:581 \$752	47,31	8.322:349 \$029	52,69

Fonte: Processos de Falência – 1921-1930. Fundo Fórum Benjamim Collucci. Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (AC-UFJF).

**Em relação ao montante total do passivo:**

- (1) **Hipotecas:** 4.405:359\$399 – 18,52% do total; hipotecas pessoais: 15,08% - hipotecas bancárias: 3,44%
- (2) **Empréstimos em dinheiro caucionados por títulos** (promissórias, duplicatas, letras, debêntures): 3.569:925\$989 – 15,02%
- Juiz de Fora: 85,14%
- Outras praças: 14,86%
- (3) **Mercadorias** (títulos em conta-corrente): 15.794:930\$781 – 66,46%
- Juiz de Fora: 47,31%
- Outras praças: 52,69%

Os Quadros 5 e 6 apontam 141 segmentos entre os três ramos da economia local – o comercial, o industrial e o financeiro – dos quais fazem parte as 98 firmas falidas. A esse respeito é possível detectar, conforme o exposto acima que havia uma multiplicidade de atividades entre essas firmas. A maioria das indústrias de fiação e tecelagem, por exemplo, que atuavam no mercado atacadista, também atuava como varejistas no mercado de roupas, fazendas, tecidos, malhas, meias, cobertores. São os casos, entre outros, de Oscar Ribeiro, José Bittar & Cia., L'Astorina & Cia., Manoel Corrêa & Cia. e Eduardo Guedes de Pinho & Cia. Os armazéns de secos e molhados normalmente, em sua grande maioria atuavam no setor de armarinhos, móveis, implementos agrícolas, tabacaria, entre outros, como são os casos de Álvaro Pimentel & Cia., Moyses & George Hallack e o de Elias Sayegh & Cia. O exemplo maior dessa multiplicidade é o da Cia. Dias Cardoso, que desenvolvia atividades bancárias, industriais e comerciais. Empresas atacadistas e varejistas no segmento têxtil e no de alimentação eram bastante comuns, ao analisarmos os dados apontados pela pesquisa.

## **Algumas conclusões**

Sobre o Passivo total detectado nos Processos de Falências – 23.767:816\$169 – o Quadro 6 nos indica um cenário bastante diversificado, o que pode nos levar a algumas conclusões. Em primeiro lugar, o quantum das hipotecas por empréstimo pessoal é amplamente dilatado em relação àquelas por empréstimo bancário. Os maiores credores hipotecários eram ou foram acionistas de instituições bancárias como o Credireal (lembramos que este foi estadualizado em 1919, estando, portanto, suas decisões em termos de política de crédito sujeitas em última instância ao governo de Minas Gerais) e o Banco de Minas. José Procópio Teixeira, terceiro maior credor hipotecário – 258:873\$400 – foi diretor-presidente desse último. O Banco de Minas, por sua vez, é credor hipotecário da quantia de 46:500\$000 em três Falências: a da Albano Perassini & Cia (empresa de comissões e consignações de compra e venda de café e outros produtos), com 18:000\$000, em 1925; a da Sociedade Mercantil Mascarenhas & Procópio (indústria têxtil), com a quantia de 10:000\$000, em 1928, e a de A. Halfeld Miranda & Cia (produtos cirúrgicos e farmacêuticos), em 18:000\$000, também em 1928.

Enquanto as instituições bancárias, sobretudo as locais, se resguardavam – ainda que não tenham conseguido sobreviverem às décadas de 1930/1940, o grande volume de investimentos hipotecários ficou nas mãos de credores particulares. Considerando esse cenário, parece claro que no decorrer da década de 1920, a maioria dos cafeicultores “financistas”, diante da crise de produtividade (produção, realização e lucro) nas atividades agrárias, optaram por inversões no mercado hipotecário, com as garantias que este possibilita em termos de imóveis, maquinismos, terras e monetários, dentre tantos outros bens. Ao mesmo tempo em que defendiam a política de valorização do café, investiam em imóveis, bens de capital e, de certa forma, acreditavam no recrudescimento da crise econômica. Os

investimentos em hipotecas pessoais nos Processos de falências, sobretudo a partir de 1925 /26 demonstram tal assertiva.

Até aqui, os resultados apontados pela pesquisa são, evidentemente, parciais. Tendo em vista esse panorama, é preciso sublinhar que a Crise de 1929, ainda que seja o movimento referencial da análise, nela se envolve a partir de um recorte cronológico anterior e posterior. Ainda que prevista por muitos estudiosos, dada à crise do sistema capitalista, obviamente não estava pré-determinada pela história. Desse modo, é o decurso da investigação sobre a dinâmica econômica do mercado de Juiz de Fora, para o decorrer da década de 1930, que apontará seus resultados finais.

---

## Referências Bibliográficas

ALMICO, Rita. *Dívida e obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, secs. XIX/XX*. Niterói, Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2009.

BARBOSA, Wilson N. “Uma teoria marxista dos ciclos econômicos”, in COGGIOLA, O. (org.). *Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Xamã, 1994.

BARROS, Nicélio A. *Sob clima tenso: crise estrutural, mudanças institucionais e deslocamento do eixo político e econômico em Minas Gerais 1920/1940*. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

BRASIL. *Lei nº 2.024, de 17 de dezembro de 1908*. Disponível em: <<http://www2.câmara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-2024-17-dezembro-1908-582169-publicacaooriginal-104926-pl.html>>

BRAUDEL, Fernand. *La dinamica del capitalismo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1987.

DESTRO, José Augusto. *A transição da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora – 1896-1930*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2006.

KALECKI, Michal. *Crescimento e ciclos nas economias capitalistas*. Campinas: Hucitec, 1997.

KASZNAR, Istvan K. *Falências e concordatas de empresas: modelos teóricos e estudos empíricos – 1978-1982*. Dissertação de Mestrado em Economia, Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE-FGV), Rio de Janeiro, 1986.

KATZ, Cláudio. “O debate sobre as ondas longas”, in: KATZ, Cláudio., COGGIOLA, Osvaldo. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996.

KONDRATIEFF, Nikolai. *As ondas longas na vida econômica*. São Paulo: NEACCP, 2018 (1921).

LACERDA, Antônio Henrique. *Negócios de Minas: família, poder e redes de sociabilidades – os Ferreira Armonde (1751-1850)*. São Paulo: Intermeios; Juiz de Fora: FUNALFA, 2103.

MANDEL, Ernest. *Long waves of capitalism development: a Marxist interpretation*. London: Verso, 1995.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru, SP: Edusc; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.

PIRES, Anderson. “Contratos de hipoteca”. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (org.). *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Niterói: Ed. Universidade Fluminense, EDUFF, 2011. p. 37-41.

\_\_\_\_\_. *Café, bancos e finanças: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata – 1889/1930*. São Paulo, Universidade Estadual de São Paulo, 2004. (tese), 412 p.

REINHART, Carmen M, ROGOFF, Kenneth S. “This Time is Different: A Panoramic View of Eight Centuries of Financial Crises”, em *Annals of Economics and Finance, Society for AEF*, 15, n. 2, 2014, pp. 1065-1188, November. Texto disponível em: <https://www.nber.org/papers/w13882>

SOUZA, Luís Eduardo de. *Notas comparativas sobre as ondas longas em Kondratiev, Braudel e Arrighi*. São Paulo: GEEPHE, 2012.

SOUZA, Sônia. *Terra, família, solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Bauru: Edusc, 2007.

SOUZA, Sônia M. *Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1998. (Dissertação).

SUZIGAN, Wilson. “Industrialização brasileira em perspectiva histórica”, em *história econômica & história de empresas*, III, n.2, 2000, pp. 7-25